

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/10/2025 | Edição: 196 | Seção: 1 | Página: 65

Órgão: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Gabinete da Ministra

PORTARIA MGI Nº 8.846, DE 10 DE OUTUBRO DE 2025

Institui a Comissão Organizadora Nacional e a Coordenação Executiva Nacional da 2ª Conferência Nacional de Arquivos.

A MINISTRA DE ESTADO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, o art. 5º e o art. 5º-A da Portaria MGI nº 9.618, de 17 de dezembro de 2024, tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso IX, do Anexo I do Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024, e de acordo com o que consta no processo nº 08227.001103/2025-19, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Ficam constituídas a Comissão Organizadora Nacional e a Coordenação Executiva Nacional, que serão instâncias de deliberação, organização, implementação e desenvolvimento das atividades da 2ª Conferência Nacional de Arquivos - 2ª Cnarq.

Comissão Organizadora Nacional

Art. 2º A Comissão Organizadora Nacional será composta por pessoas representantes da sociedade civil e dos seguintes órgãos e entidades:

- I - uma do Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, que a coordenará;
- II - uma da Advocacia-Geral da União;
- III - uma do Ministério Público da União;
- IV - uma da Controladoria-Geral da União;
- V - uma do Supremo Tribunal Federal;
- VI - uma da Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal;
- VII - uma do Arquivo Nacional, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- VIII - uma de Arquivos Municipais;
- IX - uma do Congresso Nacional;
- X - uma do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- XI - uma da Secretaria de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- XII - uma do Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil;
- XIII - uma da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional;
- XIV - uma da Associação Nacional de História;
- XV - uma da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais;
- XVI - uma da Rede de Arquivistas e Técnicos das Instituições Federais de Ensino Superior;
- XVII - uma do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia;
- XVIII - uma do Armazém Memória;
- XIX - uma da Rede de Arquivos de Movimentos Sociais;
- XX - uma do Instituto Marielle Franco;
- XXI - uma do Arquivo Afro Fotográfico; e
- XXII - uma da Casa do Povo.



§ 1º Cada representação da Comissão Organizadora Nacional terá uma suplência, que lhe substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º O Conarq terá como representante titular a sua presidenta e como suplente a presidenta substituta.

§ 3º As pessoas integrantes da Comissão Organizadora Nacional como titulares e suplentes dos órgãos de que tratam os incisos II a VII e IX a XXII do caput serão indicadas pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades que representam.

§ 4º As pessoas de que tratam o inciso VIII do caput serão indicadas pelas pessoas membras representantes dos Arquivos Públicos Municipais no Conselho Nacional de Arquivos.

§ 5º A indicação de pessoas integrantes da Comissão Organizadora Nacional deverá, preferencialmente, assegurar o respeito à diversidade de gênero e raça, bem como a inclusão de pessoas com deficiência.

§ 6º A designação das pessoas integrantes da Comissão Organizadora Nacional será feita por meio de ato da Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Art. 3º Cabe à Comissão Organizadora Nacional as seguintes competências:

I - orientar e supervisionar a realização da 2ª Cnarq;

II - elaborar e aprovar o Regimento Interno e o Regulamento da 2ª Cnarq;

III - elaborar e aprovar o texto-base da 2ª Cnarq;

IV - elaborar o documento sobre o temário central do relatório final e anais da 2ª Cnarq;

V - aprovar as propostas de metodologia e sistematização do processo de discussão das etapas da 2ª Cnarq;

VI - atuar com a Coordenação Executiva Nacional, formulando, discutindo e propondo as iniciativas referentes à organização da 2ª Cnarq;

VII - apresentar a proposta de programação da 2ª Cnarq ao Conarq;

VIII - aprovar a proposta de programação da 2ª Cnarq, elaborada pela Coordenação Executiva Nacional;

IX - mobilizar a sociedade civil e o Poder Público, no âmbito dos municípios, estados, Distrito Federal e União e segmentos profissionais e temáticos, para organizarem e participarem das etapas da 2ª Cnarq;

X - acompanhar a viabilização de infraestrutura necessária à realização da etapa nacional da 2ª Cnarq;

XI - acompanhar o processo de sistematização das diretrizes e proposições da 2ª Cnarq;

XII - definir os critérios para a escolha de convidados e observadores para participação na etapa nacional da 2ª Cnarq; e

XIII - deliberar sobre questões referentes ao processo de organização da 2ª Cnarq omissas no Regimento Interno.

Coordenação Executiva Nacional

Art. 4º A Coordenação Executiva Nacional será composta por nove pessoas representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos indicadas pelo Arquivo Nacional e designadas por ato da Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

§ 1º Serão escolhidas necessariamente duas pessoas representantes do Conarq para compor a Coordenação Executiva Nacional.

§ 2º Será escolhida necessariamente uma pessoa representante do Arquivo Nacional para compor a Coordenação Executiva Nacional na condição de coordenadora do colegiado.

§ 3º Cabe ao Arquivo Nacional indicar sete integrantes da Coordenação Executiva Nacional na condição de representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e duas pessoas conselheiras do Conarq, sendo uma representante do poder público e a outra representante da sociedade



civil.

Art. 5º Cabe à Coordenação Executiva Nacional as seguintes competências:

I - definir metodologia e elaborar a proposta de programação da 2ª Cnarq a ser aprovada pela Comissão Organizadora Nacional;

II - cumprir as deliberações da Comissão Organizadora Nacional;

III - acompanhar e monitorar a realização de indicadores das conferências municipais, intermunicipais, estaduais, distrital, regionais, temáticas e livres da 2ª Cnarq;

IV - orientar o trabalho das comissões organizadoras nos estados, Distrito Federal e municípios, bem como entre segmentos profissionais e temáticos;

V - providenciar a divulgação do Regimento Interno e do Regulamento da 2ª Cnarq, após a devida aprovação;

VI - receber e sistematizar os relatórios das etapas preparatórias da 2ª Cnarq;

VII - coordenar a divulgação da 2ª Cnarq;

VIII - coordenar a mobilização de convidados e garantir o registro de observadores que participarão na etapa nacional da 2ª Cnarq, de acordo com critérios definidos pela Comissão Organizadora Nacional;

IX - acompanhar o processo de avaliação da 2ª Cnarq; e

X - providenciar a publicação do relatório final da 2ª Cnarq.

Disposições comuns

Art. 6º As reuniões ocorrerão virtualmente.

§ 1º As reuniões ordinárias serão realizadas semanalmente e as reuniões extraordinárias serão convocadas pela coordenação.

§ 2º O quórum para instalação de reunião é de maioria absoluta.

§ 3º As deliberações se darão por maioria simples de votos.

Art. 7º A Secretaria Executiva será exercida pelo Arquivo Nacional.

Art. 8º Os colegiados encerrarão suas atividades em cento e vinte dias após a realização da etapa nacional da 2ª Cnarq, podendo ser prorrogado por ato da Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Art. 9º As pessoas integrantes da Comissão Organizadora Nacional e da Coordenação Executiva Nacional exercerão função de relevante interesse público, não remunerada.

Disposições finais

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

